



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BRASIL – ARGENTINA

Do veto ao voto, da ditadura à democracia

1976 - 1985

EBENÉZER CUPERTINO NASCIMENTO

Orientador: Prof.Dr. Virgílio Caixeta Arraes

BRASÍLIA

Abril de 2010

EBENÉZER CUPERTINO NASCIMENTO

BRASIL – ARGENTINA

Do veto ao voto, da ditadura à democracia

1976 – 1985

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – UnB como requisito à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.Dr. Virgílio Caixeta Arraes

BRASÍLIA

Abril de 2010

“Hoje você é quem manda falou, tá falado não tem discussão, não.
A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu?
Você que inventou esse Estado inventou de inventar toda escuridão
Você que inventou o pecado esqueceu-se de inventar o perdão
Apesar de você amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder da enorme euforia?
Como vai proibir quando o galo insistir em cantar?
Água nova brotando e a gente se amando sem parar
Quando chegar o momento esse meu sofrimento
Vou cobrar com juro. Juro!
Todo esse amor reprimido, esse grito contido,
Esse samba no escuro
Você que inventou a tristeza ora tenha a fineza de "desinventar"
Você vai pagar, e é dobrado, cada lágrima rolada
Nesse meu penar
Apesar de você amanhã há de ser outro dia.
Ainda pago pra ver o jardim florescer qual você não queria
Você vai se amargar vendo o dia raiar sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir e esse dia há de vir antes do que você pensa
Apesar de você amanhã há de ser outro dia
Você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar poesia
Como vai se explicar vendo o céu clarear, de repente, impunemente?
Como vai abafar nosso coro a cantar, na sua frente.
Apesar de você amanhã há de ser outro dia.
Você vai se dar mal, etc e tal,
La, laiá, la laiá, la laiá??”

Apesar de Você, Chico Buarque de Holanda
Musica de resistência ao regime autoritário brasileiro

“... Después, no sé, ¡te juro!, por qué siniestra rabia,
no sé por qué lo hicimos ¡lo hicimos sin querer!,
al flaco, ¡pobre flaco!, de asalto y por la espalda,
su bicicleta blanca le entramos a romper.

Le dimos como en bolsa, si asco, duro, en grande:
la hicimos mil pedazos... Y, al fin, yo vi que él,
mordiéndose la barba, gritó: "¡Que yo los salve!..."

Miró su bicicleta, sonrió, se fue de a pie.
(Mi viejo Flaco Nuestro que andabas en la Tierra: ¿Cómo te olvidaste que no somos
ángeles sino hombres y mujeres?)
Flaco, no te quedes triste, todo no fue inútil, no pierdas la fe...en un cometa con pedales
¡dale que te dale! yo sé que has de volver... “

La Bicicleta Blanca, Astor Piazzola e Horacio Ferrer
Musica de resistência ao regime autoritário argentino

À Dona Joelina, minha mãe.

À Patrícia Polayne, Raphael,

Felipe e Eduardo,

meus filhos,

obras mais importantes de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Virgilio Caixeta Arraes, pelos diálogos esclarecedores e pelas indicações acadêmicas que me ajudaram na pesquisa e na elaboração deste trabalho.

Ao Ministro Ayres Britto, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, exemplo de homem público, em cujo olhar, sorriso e conduta, depus a confiança necessária para perseverar e chegar até aqui.

Também sou grato aos colegas Osnir Alves, Laura Ubiali, Fernanda Baldo e Patrícia Martins, pela ajuda solidária constante, sempre que solicitados.

À Dora, minha amada e companheira inseparável de todas as horas, pela paciência, pelo cuidado, pela atenção e pelo olhar que me acolhe em todos os instantes.

À Deus, pela guia e conforto nos bons e nos momentos difíceis;

RESUMO

Esse trabalho se propõe a analisar os processos políticos, econômicos e sociais vivenciados por Brasil e Argentina, durante as décadas de 60, 70 e meados de 80, quando ambos experimentaram a implementação de regimes militares que se impuseram pela força e pelo autoritarismo e que deixaram, como consequência, dessas intervenções um rastro de equívocos e de perdas.

Procurando rememorar os principais e mais marcantes fatos desse período, o trabalho busca compreender pela cronologia histórica, qual a lógica dos regimes militares impostos e quais contribuições foram legadas depois de anos de repressão.

A monografia aqui apresentada procura interpretar os fatores políticos e econômicos que permearam as duas ditaduras, suas semelhanças entre si, a alternância de crises e projetos malfadados que embora diferentes, foram tão iguais na criação, no formato e no desenlace.

Busca também analisar e compreender como as duas sociedades, através de suas lideranças e partidos políticos, pavimentaram o longo caminho para a redemocratização e os percalços encontrados ao longo dele.

Finalmente, procura-se compreender e interpretar a seguinte pergunta: porque ambas as ditaduras não deram certo e de que maneira elas acabaram contribuindo indiretamente para a consolidação democrática?

Palavras-chave: Brasil; Argentina; regimes militares; golpe; ditadura; autoritarismo; repressão; democracia; direitos humanos; crise econômica; abertura; eleições.

ABSTRACT

The present dissertation has the objective of analyzing the political, economic and social processes experienced by Brazil and Argentina during the 1960's, 1970's and mid 1980's, when both countries went through the implementation of military regimes that imposed themselves by the use of force and by authoritarianism and that left, as a consequence of those interventions, a trace of mistakes and losses.

Searching to recapture the main and most important facts of this period, this paper seeks to understand, through the historical chronology, what was the logic of the military regimes imposed upon people and what contributions were left as legacy after the repression years.

The present dissertation also seeks to interpret the political and economic factors that were present in both dictatorships, the similarities among them, the succession of crisis and unsuccessful projects that although different, were so similar in their creation, way and outcome.

It also has the objective of analyzing and understanding how both societies, through their leaderships and political parties, paved the long way to redemocratization and the difficulties found along the way.

Finally, the essay seeks to understand and interpret that following question: why both dictatorships did not work out and in which way they ended up indirectly contributing to the democratic consolidation?

Keywords: Brazil; Argentina; military regimes; coup d'état; dictatorship; authoritarianism; repression; democracy; human rights; economic crisis; opening; elections

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. Brasil - O Golpe de Estado.....	11
1.1 - Ciclo dos Governos Militares.....	14
1.2 - O Voto no Brasil.....	24
1.3 - Transição Democrática Brasileira.....	25
2. Argentina – Cenário da Instabilidade.....	32
2.1 – O Terrorismo de Estado.....	34
2.2 - A Guerra das Malvinas.....	38
2.3 - A Transição para a Democracia.....	40
3. O Papel dos Estados Unidos.....	45
4. Considerações Finais.....	47
5. Referências Bibliográficas.....	49

INTRODUÇÃO

Os regimes militares que dominaram Brasil e Argentina nas décadas de 70 e 80 apresentam, ao mesmo tempo, semelhanças e diferenças. Eles trazem no bojo de sua formatação uma característica singular, marcada pela censura aos órgãos de comunicação; pelo banimento ou fechamento de sindicatos classistas, defensores dos direitos de trabalhadores e pelo emprego da violência como forma de reprimir qualquer movimento que pudesse denotar resistência da sociedade à nova ordem.

Os novos regimes impostos através do golpe militar trouxeram entre si, uma similaridade comum as duas nações, notadamente no campo das novas relações entre o Estado e a sociedade, sobretudo, pelo fortalecimento das Forças Armadas e das grandes organizações – públicas e privadas – que apoiaram os movimentos.

Sob a égide de fortalecer a economia, de evitar que reformas sociais pudessem agregar movimentos conspiratórios e desse modo colocar em risco a democracia existente, as ditaduras que foram implantadas no Brasil e na Argentina, primaram pelo autoritarismo justificado pelo temor da expansão comunista na América do Sul.

No Brasil, os militares que articularam o golpe contra o governo do presidente João Goulart, em março de 1964, temiam que reformas anunciadas pelo governo, em especial a reforma agrária que democratizaria a propriedade da terra, trouxessem inquietações políticas. A sociedade brasileira foi surpreendida pelo golpe.

O principal ingrediente ideológico apresentado pelo novo regime brasileiro, a partir do movimento que os militares denominaram de Revolução de 31 de Março, foi a busca obsessiva pelo reforço da economia nacional e seu crescimento de forma acelerada, quase vertiginosa, como forma de justificar a própria existência do golpe.

Na Argentina, o general Jorge Rafael Videla comandou o golpe militar com o irrestrito apoio das forças produtivas do País, da imprensa e da sociedade, em 24 de março de 1976, quando a presidência de Maria Estela Martinez de Perón naufragava politicamente pela desorganização administrativa de seu governo e pela debilidade econômica que colocava a Argentina numa situação particular de risco.

O golpe argentino abrigou-se no que foi denominado de Doutrina de Segurança Nacional pela qual os militares justificaram o modelo político autoritário através de uma política de violência, mortes e desaparecimentos, mascaradas em ações criminosas contra todos aqueles que se rebelaram contra o regime, numa verdadeira operação de extermínio dos movimentos de esquerda peronista e marxista.

O presente trabalho pretende mostrar as similaridades, as diferenças e os resultados dos regimes impostos ao Brasil e a Argentina naqueles tempos duros de ditadura.

Os caminhos do veto e do voto e como as instituições desses dois países caminharam em direção a redemocratização.

Na busca de novas visões para fatos já sobejamente estudados, analisar o papel e a atuação dos Estados Unidos durante os episódios que escreveram os mais duros capítulos da história desses dois países e que marcaram as gerações que vieram depois.

1. Brasil - O Golpe de Estado

As elites brasileiras temiam que os avanços anunciados pelo governo do presidente João Goulart pudessem recriar um novo cenário político para o Brasil a partir da instituição da reforma agrária. Se isso ocorresse – imaginavam os latifundiários, “velhos coronéis” da política assistencialista – o país poderia ser dividido em pequenas glebas de terras e essa fragmentação poderia significar a perda do poder de manipular votos e pessoas.

Naqueles primeiros anos da década de 60, falar em reforma agrária era mais que um tabu. Qualquer iniciativa capaz de contemplar os camponeses e beneficiá-los de algum modo com a distribuição de terras, parecia soar como movimento subversivo, de provocação às instituições democráticas do País.

A América do Sul vivia sob tensão e medo da expansão comunista empreendida por Fidel Castro, em Cuba, no início da década. A revolução que expulsara Fulgêncio Batista do poder da ilha caribenha e colocara Cuba sob tutela soviética ainda respingava nos países do continente, cujos governos viviam sobressaltados pela escalada da guerra fria, entre americanos e soviéticos, conseqüência da 2ª Guerra Mundial.

No Rio de Janeiro, quinze dias antes do golpe, o presidente João Goulart e o governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, reuniram mais de 150 mil pessoas num comício, para anunciar “as chamadas reformas de base”.

No mesmo período, dois outros eventos marcantes sinalizaram as mudanças que estariam por vir. O primeiro deles, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, numerosa manifestação de oposição ao governo de Jango que colocou mais de 500 mil pessoas nas ruas de São Paulo e a rebelião dos marinheiros, no Rio de Janeiro.

Essas manifestações colocaram as tropas de prontidão. Estava pronto o cenário que motivaria a articulação do golpe de 1964, engendrado pelos militares, com o apoio de

importantes setores da sociedade brasileira, principalmente da classe empresarial, dos grandes proprietários rurais e de alguns dos mais emblemáticos políticos da época.

A idéia do golpe foi apoiada pelos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais; de Ademar de Barros, de São Paulo e de Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro (que mais tarde se rebelaria contra o regime) os maiores colégios eleitorais do País.

A justificativa de apoio para o golpe era de que todos se diziam preocupados com o que foi denominado de “esquerdização política do governo”.

A senha para a empreitada estava dada e só faltava desferi-la através da ação militar comandada pelo general Olímpio Mourão Filho, escalado pelas Forças Armadas, para depor o presidente da República, João Goulart, na madrugada do dia 31 de março de 1964.

Pela maneira com o golpe aconteceu, extremamente articulado, preciso e decisivo, estava claro que os militares já vinham, de há muito, conspirando contra o governo constitucional e só aguardavam o momento para apeá-lo do mandato.

O golpe militar recebeu amplo apoio do Departamento de Estado norte americano que através de operações secretas e conjuntas, ajudou os militares brasileiros a definir a logística das operações.

Em pouco tempo, desde o manifesto assinado pelas Forças Armadas exigindo a renúncia de Jango até a deposição do presidente, algo em torno de 72 horas, as intervenções militares impressionaram a população pela rapidez e pela eficiência de como ocuparam as ruas e praças das principais cidades brasileiras, com soldados e veículos de guerra, entre tanques e pequenos veículos de combate.

Essas ações articuladas fizeram eclodir entre as pessoas atônitas e completamente desavisadas, cenas de força, violência e terror. Sindicatos, associações, entidades de classe, sedes de partidos políticos, igreja e outros movimentos sociais foram invadidos, quebrados, lacrados sendo seus líderes e dirigentes levados para a prisão, para interrogatório.

Estudantes, jornalistas, agentes culturais e ativistas sociais, de igual modo, foram perseguidos e aprisionados sob suspeita de pertencerem a grupos subversivos, como detalha documentos da época, guardados nas bibliotecas do Tribunal Superior Eleitoral, da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de Brasília.

Diante da insegurança e do desrespeito ao Estado de Direito, o presidente João Goulart deixou o país para não ser preso, exilando-se no Uruguai. Jango morreria doze anos depois na Argentina, onde viveu os últimos anos de sua vida sem jamais retornar ao Brasil ou ser reabilitado politicamente.

O Congresso Nacional que não apoiara Jango nos seus momentos de agonia e de isolamento político e que preferira assistir a tudo silenciosamente, acabou amordaçado pela ditadura e diante da ação dos militares, passou a funcionar sem votação parlamentar, aprovando todo e qualquer projeto enviado para aquela casa. Iniciava-se a era do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar.

Os parlamentares que resistiram à ditadura foram cassados; o congresso reagiu e como punição, teve que enfrentar um recesso compulsório e em seguida seu fechamento. O País passou a ser governado através dos Atos Institucionais.

Os militares implantaram o sistema bipartidário com a criação da ARENA – Aliança de Renovação Nacional, “para dar sustentação política” ao Governo e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, como partido oposicionista.

Os demais partidos foram extintos, suas lideranças foram perseguidas, expurgadas e ou tiveram seus direitos políticos suspensos, como Miguel Arraes, governador deposto de Pernambuco; Jânio Quadros, ex-presidente da República; Leonel Brizola, governador deposto do Rio Grande do Sul; Luis Carlos Prestes, secretário geral do já proscrito PCB - Partido Comunista Brasileiro, entre outros nomes de grande importância política para o País como o economista Celso Furtado e o antropólogo Darci Ribeiro.

Os quatro primeiros anos da ditadura militar que governou o Brasil, na linguagem de um ex-presidente militar, “prende, tortura e arrebuja” com toda e qualquer tentativa de resistência ao golpe.

Os militares reprimiam com violência todo tipo de manifestação através do SNI – Serviço de Nacional de Informação, órgão da comunidade de informação, criado pelo governo e transformado no braço mais duro da repressão imposta pelo regime.

As entidades e associações que cobravam pela volta do estado democrático de direito foram fechadas e seus dirigentes enquadrados na Lei de Segurança Nacional, instituída em 1967, artifício jurídico utilizado pela Junta Militar que governava o País para legitimar suas ações e punir os crimes políticos, de opinião e da prática de subversão.

Milhares de brasileiros foram enquadrados pelo regime, sofreram torturas, perderam seus direitos políticos, foram expulsos do País e seus familiares perseguidos sob a constante desconfiança de formarem “células comunistas” como contam Boris Fausto e Fernando J. Devoto no livro Brasil e Argentina – Um Ensaio de história comparada (1850-2002) pg 403.

Os protestos contra a ditadura ganharam as ruas das principais capitais brasileiras e a repressão cresceu em maior proporção. Os confrontos entre militares e civis transformaram as praças em verdadeiros campos de batalha com a explosão de bombas e granadas.

Muitos manifestantes foram feridos pelas balas disparadas durante os confrontos o que recrudescia a ação contrária da resistência ao golpe.

No intuito de fortalecer o apoio de setores da população ao movimento golpista, os militares planejavam ações terroristas, para culpar “os subversivos de esquerda” como o famoso atentado planejado para destruir o gasômetro do Rio de Janeiro.

O plano dos militares, sob o comando do brigadeiro João Paulo Burnier, era explodir o gasômetro da cidade, causar o caos e culpar setores da oposição.

O atentado não ocorreu pois o plano foi denunciado por um militar que se recusou a cumprir tal missão. Apesar de todas as evidências, a ação criminosa jamais foi rigorosamente apurada nem seus idealizadores punidos.

A chamada Revolução de 31 de Março não conseguiu imprimir para a população brasileira a fixa idéia de que o movimento se justificava em si pela necessidade das forças armadas assegurar a democracia e afastar o fantasma sempre presente do comunismo.

1.1 - Ciclo dos Governos Militares

O governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) iniciou o longo ciclo militar que permaneceu no poder pelas duas décadas seguintes. Castello Branco adotou os Atos Institucionais como principais instrumentos para a repressão e o controle da sociedade.

Castelo editou o atos institucionais que extinguíam os partidos políticos e estabeleciam eleições indiretas para a presidência da República. Os atos ainda autorizavam o presidente a suspender direitos políticos e cassar mandatos como acabou ocorrendo com o então senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek. Além do mandato cassado Juscelino teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Foi também em seu governo que foi criado o SNI – Serviço Nacional de Informação, organismo responsável pela coordenação do serviço de inteligência do exército e no decorrer dos anos seguintes o principal aparato do regime militar para promover a repressão, a perseguição e se transformar no poder político de fato.

Para dirigir o SNI, Castelo convidaria o general Golbery do Couto e Silva que viria, mais tarde, assumir a chefia da Casa Civil dos governos seguintes e como estrategista, conduzir o processo de abertura democrática do país.

O governo de Castelo Branco foi marcado pela cassação dos direitos políticos de mais de 2.000 brasileiros. Segundo o economista, historiador e pesquisador Ronaldo Costa

Couto, o primeiro presidente militar do regime assinou mais de 700 leis, 11 emendas constitucionais, 313 decretos-leis, 19.259 decretos e três atos institucionais, além da Constituição de 1967.

“Ele passa o poder ao sucessor com a institucionalização autoritária avançada, a doutrina de segurança implantada e a pleno vapor, as reformas amadurecidas, a casa economicamente arrumada. O País está em ordem e reconstitucionalizado, dentro da visão, limites e parâmetros do poder militar. Distante de um regime aberto, democrático, mas também longe do estereótipo das voluntariosas ditadura latino-americanas” **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura –Brasil: 1964-1985 – Ronaldo Costa Couto, pag.82**

No campo econômico o governo de Castelo Branco promoveu ampla reforma com uma severa política fiscal e monetária, estabelecendo as bases do que seria nos governos militares posteriores, o Milagre Econômico.

O general Arthur da Costa e Silva, segundo presidente do regime militar enfrentou períodos de radicalização e o crescente enfrentamento entre as forças militares e setores da sociedade civil, sobretudo a partir dos reclames advindos das grandes manifestações que eclodiam pelo País a fora, contestando a legitimidade do regime.

Ministro do Exército no governo de Castelo Branco, Costa e Silva (1967-1969) representava a linha dura do golpe militar. Seu governo é marcado pelo recrudescimento das reivindicações e pelo exacerbado autoritarismo.

Costa e Silva reprime duramente as greves operárias e as manifestações de estudantes e cassa o deputado Márcio Moreira Alves que segundo os militares, teria feito no Congresso, um discurso ofensivo às Forças Armadas.

É também durante o seu governo que se iniciam os movimentos armados e as guerrilhas que se organizam contra o governo militar. Inaugura-se no Brasil uma fase de assaltos a banco com o objetivo de recolher recursos para financiar a guerrilha e combater pelas armas, o autoritarismo do regime militar. Os militares perseguem os resistentes com um rigor jamais visto. Ao mesmo tempo em que cassa parlamentares, o regime também caça os resistentes.

Diplomatas e autoridades estrangeiras se transformam em alvos de seqüestros. Charles Burke Elbrick, embaixador americano no Brasil é um deles, levado e mantido em cárcere privado pelo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

Os militares reagem com o banimento e a implementação legal da pena de morte no País. Efetivamente a medida é recebida com ironia pois a pena de morte já estava estabelecida de fato.

Instala-se no Brasil, um novo componente a ser enfrentado pela ditadura: a necessária negociação entre militares e guerrilheiros objetivando a libertação das autoridades seqüestradas que são trocados por presos políticos.

O país vive a truculência de lado a lado.

Na Serra de Caparaó, entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, o exército desarticula a guerrilha influenciada pelo ex-governador Leonel Brizola que ao lado de Carlos Lacerda, insatisfeito com os rumos do processo; Juscelino Kubistechek e João Goulart, ex-presidentes cassados e exilados tentam organizar uma frente de oposição ao regime.

Muitas organizações de esquerda aderem a luta armada. Os militares criam grupos de combate ao terror e utilizam a tortura para conter a revolta. A linha dura do exército também manda matar e a promover atos de terrorismo contra civis.

É no governo de Costa e Silva que acontecem os planos de assassinato contra Juscelino, Jânio Quadros, Lacerda e Dom Hélder Câmara, este último, arcebispo de Olinda que ao lado de um frei franciscano, Leonardo Boff e de uma física, Rose Marie Muraro, discutem a Teologia da Libertação, movimento de apoio aos pobres contra a exploração dos ricos, observado pelos militares como mais um movimento de ideologia comunista e de subversão.

Um ano e nove meses após sua posse (1968) ele edita o Ato Institucional nº5 – o AI-5 - que lhe confere a prerrogativa de cassar mandatos, direitos políticos, de quebrar e de arrebentar em nome da lei e da segurança nacional e joga o País na mais completa escuridão política.

Em agosto do ano seguinte o presidente Costa e Silva sofre um acidente vascular cerebral, fica impossibilitado de governar e os militares não permitem a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo, político mineiro de linha moderada.

À época, jornalistas, pesquisadores e historiadores definiram que havia um golpe dentro do golpe.

Uma Junta Governativa integrada pelo general Aurélio de Lira Tavares (Ministro do Exército), brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (Ministro da Aeronáutica) e pelo almirante Augusto Rademaker (Ministro da Marinha) assume o poder diante do impedimento do presidente enfermo e prepara a escolha do próximo presidente militar.

O escolhido é um militar disciplinado, que fora comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, adido militar nos Estados Unidos, chefe do SNI - Serviço Nacional de Informação no governo Costa e Silva e comandante do III Exército.

Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi o governante mais duro, truculento, autoritário, prepotente e arbitrário de todo o ciclo militar.

Sua providência inicial, tão logo assumiu o governo, foi de consolidar a comunidade de informações – de onde era egresso – utilizando toda a tecnologia existente da época para interligar os escritórios regionais do órgão e assim fortalecer a ação do SNI em todo território brasileiro, na repressão e no combate aos movimentos que vinham das ruas.

Médici foi o primeiro presidente brasileiro a se valer do marketing institucional para enaltecer as qualidades do seu governo, do regime militar e para motivar a população para os resultados do que foi denominado de Milagre Brasileiro.

Os meios de comunicação massificavam frases e propaganda ufanista que colocavam o Brasil num empolgado certame de vitórias enquanto nos porões, a ditadura continuava a perseguir, prender, torturar e matar presos políticos.

A censura implacável à imprensa falada, escrita e televisionada não permitia que todos esses fatos viessem a público. Nas ruas das cidades, nos prédios públicos uma frase exortava os brasileiros: Brasil: Ame-o ou Deixe-o!

No rastro inclemente do autoritarismo o governo cria o DOI-CODI (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações para a Defesa Interna) organismo especializado no combate a subversão, ao terrorismo e na prática de tortura aos presos pelo regime.

Na área econômica. o governo Médici experimentou índices surpreendentes. A expansão econômica brasileira vai se notabilizar pelo crescimento real do PIB – Produto Interno Bruto (8,2%) e pelos investimentos estrangeiros no País o que possibilitou a implementação de grandes projetos de infra-estrutura como a rodovia Trans-Amazônica, a ponte Rio - Niterói, a hidrelétrica binacional de Itaipu, dentre outros e com eles alimenta também o crescimento da dívida externa do País.

O Milagre Econômico, projeto conduzido pelo economista Delfim Neto, possibilitou, no plano interno, o aumento da produção de bens de consumo e o surgimento de uma nova classe média brasileira.

Os Poderes Legislativo e Judiciário vivem sob subordinação do Poder Executivo. Os chamados *comunistas* são perseguidos e mortos pela ditadura. A ação terrorista do Estado se expande pelas universidades brasileiras, pelas repartições públicas e pelos meios de comunicação que são proibidos de mostrar as manifestações que ocorrem nas capitais brasileiras.

A censura se estabelece com vigor na produção e na expressão cultural. Teatros são invadidos, shows musicais são interrompidos, discos são recolhidos. Os que ainda resistem sofrem torturas nas prisões com choques elétricos nos órgãos genitais ou simplesmente desaparecem sem deixar rastros, assassinados pelo regime.

Setores da sociedade como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e a Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB) se manifestam veementemente enquanto parte da sociedade está anestesiada pela vitória brasileira do tri-campeonato mundial na Copa do Mundo de 1970.

O governo Médici, o maior e o pior dos ditadores brasileiros do ciclo militar, destroça a oposição, amordaça a imprensa e alcança inacreditáveis índices de 70% de popularidade. Paradoxalmente o País está cada vez mais distante da democracia.

Coube ao general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobras, a responsabilidade de assumir – por indicação de Médici e por homologação do Poder Legislativo – a presidência do País (1974-1978).

Geisel, cujo nome já havia sido lembrado para suceder Costa e Silva, era considerado um oficial de respeito junto à tropa além de gozar de amplo prestígio junto aos demais comandantes militares.

As eleições que o conduziram ao poder foram mais uma vez uma espécie de pantomina teatral, um jogo de cartas marcadas onde já se sabia quem seriam os vencedores e os vencidos.

Ulysses Guimarães, liderança oposicionista desde os tempos do MDB e Barbosa Lima Sobrinho, da ABI - Associação Brasileira de Imprensa, foram ao Colégio Eleitoral no sentido de marcar posição contra o regime militar.

Segundo o historiador Ronaldo Costa Couto, a oposição não dava trégua ao regime e procurava, a seu modo, ocupar espaços que permitissem a difusão do que eram os porões do regime militar brasileiro. Ulysses e Barbosa se anunciavam como “os anti-candidatos para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição”

“A chapa derrotada, que se sabia sem chance de vitória, havia aproveitado a oportunidade política para percorrer todo o país, fazendo denúncias e críticas ao governo, divulgando idéias, chegando aos leitores, fortalecendo a base eleitoral do MDB. Sem televisão e rádio, Ulysses e Barbosa Lima peregrinaram durante mais de três meses. Houve episódios de bravura. Enfrentaram repressão policial e restrições de toda sorte. Fizeram discursos em locais improvisados, como bares e carrocerias de caminhões”

O general Ernesto Geisel assumiu o governo no início de 1974 em meio a uma crise mundial que trouxe significativas mudanças na economia do planeta. No oriente médio, a crise do petróleo, provocada pela explosão de preços do produto, redesenhou a cartografia política, econômica e social de vários países – aí incluindo o Brasil.

Seu preparo técnico e experiência administrativa – consolidada na presidência da Petrobras – foram essenciais para que seu governo pudesse atravessar o período de transição sem maiores turbulências.

O Milagre Econômico – período de recursos fáceis, de grandes investimentos e crescimento galopante – necessitou de uma revisão urgente no plano interno e de uma retomada que ajustasse o país dentro das perspectivas dos novos cenários.

A economia brasileira não auferiu números consistentes como aqueles contabilizados no governo anterior, mas conseguiu enfrentar as dificuldades trazidas pela crise, com determinação, confiança e certa tranquilidade.

Geisel já anunciara que conduziria o país para abertura democrática e que isso ocorreria de forma “lenta, gradual e segura” o que continuava não agradando os militares da linha mais dura, que torciam pelo fechamento total do regime.

O presidente Geisel teve papel fundamental diante da resistência militar. De maneira progressiva, seu governo diminuiu a censura aos órgãos de imprensa, enquadrou e controlou com mão de ferro os abusos dos aparelhos repressivos e agiu de forma tolerante com a oposição que crescia e ocupava mais espaços junto à sociedade.

É verdade que em meio a esses avanços o governo retrocedeu algumas vezes. Foi o presidente brasileiro que aplicou o Ato Institucional 5 o maior número de vezes cassando corruptos e parlamentares.

Antes de deixar o mandato, Geisel restaura o habeas corpus extingue o AI-5, poderoso instrumento com o qual o seu governo e o governo de seus antecessores cassaram e suspenderam os direitos políticos de 113 parlamentares (entre deputados federais e senadores), 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos.

O AI-5 foi utilizado para coagir, intimidar, e prender mais de 1.600 pessoas no mais grave desrespeito ao estado democrático de direito o que vem causar a ruptura do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos, com base na denúncia de violação dos Direitos Humanos no Brasil..

O Pacote de Abril (1977) foi um dos episódios mais marcantes do governo Geisel, caracterizado pelo fechamento do Congresso Nacional e a edição de novas regras arbitrárias cujo objetivo era conter o avanço da oposição.

As mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário sindicalista Manuel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, pelo fatos de serem suspeitos de pertencerem ao PCB, foram fatores determinantes para a demissão sumária do comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello.

Esse episódio deixa claro a determinação de Geisel em coibir os abusos dos órgãos de repressão e traz pra si a autoridade de conduzir o processo de liberalização pondo fim a impunidade que acreditava enlamear a imagem das Forças Armadas.

Ao fortalecer essa liderança, Geisel reacendeu os desejos ocultos de militares golpistas que não desejavam a abertura. A partir de 1976, por exemplo, o país registrava atentados violentos preparados pela extrema direita.

Bombas explodem nas sedes da ABI – Associação Brasileira de Imprensa e na OAB-Ordem dos Advogados do Brasil. Jornalistas e religiosos são seqüestrados e espancados. Tenta-se implantar um clima de terror, mas Geisel reage com rigor e deixa clara a sua desaprovação da permanência dessas práticas terroristas.

A prova mais dura e sem dúvida a mais fundamental para a concretização da abertura política brasileira se deu no episódio que desencadeou a demissão do general Sylvio Frota, Ministro do Exército.

Frota, um oficial preparado, contava com a simpatia da linha dura militar e seu relacionamento com o presidente estava muito desgastado, pois ele ensaiava entre os seus comandados, uma candidatura para substituir Geisel na presidência da República, açodado pela tropa e por parte do Congresso que queria apressar o processo de abertura política.

O comportamento – visto como desagregador e de desobediência hierárquica - colocava-se de encontro à política de abertura estabelecida pelo governo Geisel e poderia gerar uma crise sem precedentes dentro do próprio regime militar, iniciando-se uma disputa entre as tropas das Forças Armadas.

Superada a crise, Geisel concluiu o seu mandato sem maiores atropelos, liderando de forma “gradual, lenta e segura” o processo de abertura política do País elegendo o seu sucessor, o general João Baptista de Oliveira. Por outro lado, a vitória do MDB nas eleições de 1978 dava claros sinais que o processo de redemocratização do país caminhava sem sustos.

O general João Figueiredo, egresso do SNI – Serviço Nacional de Informação, ficou na presidência pelo período de 1979 a 1985. Ele promoveu a volta do pluripartidarismo e alterou a legislação eleitoral com o objetivo de fazer coincidir as eleições municipais e com elas, ampliar a representação da Câmara Federal, elevando o “quorum” constitucional, mais uma vez, para 2/3, como o governo Geisel já tentara antes com o Pacote de Abril.

A manobra ajudaria o governo a ampliar vantagens durante a escolha dos delegados ao Colégio Eleitoral, instituto ainda utilizado para eleger o presidente da República. Mas Figueiredo tem a seu favor a disposição de consolidar a liberalização política. Ele adotou as eleições diretas para governador e promoveu a anistia ampla, geral e irrestrita, como havia anunciado, quando de sua posse no cargo.

O governo do general Figueiredo foi marcado por muitas dificuldades, notadamente na área econômica, então comandada pelo economista Mário Henrique Simonsen que deixou o Ministério do Planejamento (que à época englobava as questões da área

econômica) por não conseguir implementar os necessários ajustes para conter a inflação e desgastado por sua baixa influência nas decisões da política econômica.

Simonsen foi substituído por Delfim Neto, seu colega de ministério, que respondia pela pasta da agricultura o qual também não obteve êxito significativo em virtude da grave crise mundial (a segunda crise do petróleo) que catapultou as taxas de juros e passou a sufocar o crescimento econômico.

No outro lado do mundo vários países industrializados entraram em recessão.

O governo brasileiro já era dono da maior dívida externa do terceiro mundo. Para ajustar-se aos novos rumos da economia mundial, desacelerou o crescimento econômico, elevou os juros e desvalorizou a taxa cambial em 30% para conter a crescente inflação.

O Brasil alcança o patamar da estagflação e de retrocesso econômico. O PIB cai para 4,3% e a inflação já supera 200% ao ano. A política econômica do governo Figueiredo é caracterizada por ajustes e consertos.

Paralelamente, o clamor das ruas pedem eleições diretas. A oposição consegue aprovar a emenda constitucional que estabelece eleições diretas para governador a partir do ano de 1982.

Surgem novos partidos políticos. O PDS – Partido Democrático Social sucede a antiga ARENA. O MDB – Movimento Democrático Brasileiro se transforma no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. O ex-governador Leonel Brizola funda o PDT – Partido Democrático Trabalhista enquanto Ivete Vargas, herdeira política de Getúlio Vargas, revive o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. É também durante esse período que um metalúrgico, Luis Inácio da Silva, funda o PT – Partido dos Trabalhadores.

O mais grave episódio político ocorrido no governo do general Figueiredo – o atentado a bomba no Riocentro, no Rio de Janeiro, onde mais de 20 mil pessoas se reuniam para comemorar o 1º de maio – confrontaria de uma vez por todas, as vertentes da abertura política brasileira.

O atentado que causaria danos e mortes, foi idealizado por militares com o objetivo de culpar a oposição. As bombas preparadas para o ataque, explodiram literalmente no colo do regime militar causando – além de morte e de ferimento dos militares golpistas - crises internas e a demissão do então chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, principal interessado na apuração e na punição dos militares da linha dura, interessados em fechar o regime.

Outros atos terroristas, antes mesmo do episódio do Riocentro, de todos, talvez o mais emblemático, vão marcar definitivamente o governo do general Figueiredo. Em seu primeiro ano de governo foram três. Dois deles causaram danos a um jornal

oposicionista em Belo Horizonte e a explosão de um carro que pertencia a um líder sindicalista da cidade de Monlevade, também em Minas Gerais

No seu segundo ano de governo foram 46 atos terroristas, entre a explosão de bombas (uma delas enviada para a sede da OAB e que matou a secretária Lydia Monteiro da Silva) e seqüestros de autoridades civis e eclesiásticas (advogado Dalmo Dallari, ligado à Arquidiocese de São Paulo) atividades terroristas que ainda insistiam em permanecer no cenário da abertura política.

O cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo, soma-se na luta em defesa do estado democrático de direito se posicionando favoravelmente a imediata abertura política total e irrestrita.

De todos os atos, o atentado do Riocentro foi sem dúvida o divisor de águas: os estilhaços da bomba explodiram a possível candidatura do general Octávio Medeiros, chefe do SNI e preferido de Figueiredo para a sucessão. Também inviabilizaram qualquer tentativa do regime militar em prolongar sua própria agonia.

Em São Paulo, no Grande ABC, mais de 240 mil metalúrgicos paralisaram as atividades industriais para reivindicar aumentos salariais. O governo respondeu com rigor mas o estrago já estava feito. Outros estados brasileiros também aderiram o movimento, ampliando as reivindicações para outras categorias de trabalhadores.

O movimento dos trabalhadores gerou imediata ação de intolerância e de perseguição por parte do governo. Além do caráter reivindicatório por melhores salários, somados aos trabalhadores, outros segmentos da sociedade exigiam mais liberdade, abertura total e rompimento com o FMI – Fundo Monetário Internacional a quem o Brasil recorrera para pagar a dívida externa.

O governo Figueiredo sofre revezes mas não se distancia do propósito de perpetrar a abertura política. Tancredo Neves e seu PP – Partido Popular consegue aglutinar forças e liderança em torno de mudanças políticas, através das eleições diretas. A sociedade brasileira cobra pelas mudanças

O governo reage com casuísmos de última hora provocando modificações nas regras eleitorais, através da promulgação de Emenda Constitucional (nº 22, de 29 de junho de 1982) que permite novas filiações partidárias. A medida reforça o quadro do PDS, partido que garante sustentação política ao governo.

As eleições de 82 dão ao PMDB uma vitória expressiva. O partido vence em São Paulo (Franco Montoro), Paraná (José Richa), Minas Gerais (Tancredo Neves), Gerson Camata (Espírito Santo), Gilberto Mestrinho (Amazonas), Nabor Júnior (Acre), Íris Rezende (Goiás), Jáder Barbalho (Pará) e Wilson Martins (Mato Grosso do Sul). Brizola, do PDT vence no Rio de Janeiro.

Graças aos casuísmos, o PDS garante a eleição de 12 governadores (Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão, Alagoas, Piauí, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e surpreendentemente Pernambuco, um dos mais importantes focos da oposição no País).

Feitas as eleições diretas para governador, a oposição coloca na pauta política do dia o retorno das discussões para as eleições diretas para presidente da República. A Emenda Dante de Oliveira – de autoria de um deputado matogrossense que batizou a emenda com o seu nome, - foi apresentada no Congresso, estabelecendo a eleição direta para o sucessor de Figueiredo.

A emenda seria votada e derrotada em 25 de abril de 1984, perdendo por 22 votos, numa sessão histórica que durou mais de 16 horas e que comoveu a nação.

Já perto do final de seu mandato, Figueiredo teve que se submeter a tratamento de saúde no Estados Unidos. O vice presidente, Aureliano Chaves, assumiu o governo e passou a se insinuar eventual candidato civil à presidência, em substituição ao general.

A amizade e confiança entre ambos ficam azedadas de vez. As intrigas palacianas fermentadas pelo general Octávio Medeiros, homem de confiança de Figueiredo e o próprio cenário político da época – às vésperas da sucessão – contribuíram para esse clima de desconforto.

A oposição fechava acordos importantes, aparava suas arestas e assistia cada lance com a expectativa de ocupar maiores espaços políticos. Os ventos da abertura sopram a favor: renasce o poder civil, o judiciário atua de forma livre e o congresso funciona sem restrições ou perseguições policiais.

É nesse cenário que o desprestigiado Aureliano Chaves e o governador Tancredo Neves, dois arqui-rivais na política de Minas Gerais, começam a negociar a possibilidade de um candidato civil suceder o presidente Figueiredo, nas eleições presidenciais que se avizinhavam.

Está pavimentado o terreno para o lançamento da Campanha Diretas-Já. Somam-se a ela várias lideranças política dentre as quais os governadores oposicionistas eleitos pelo PMDB; o deputado Miguel Arraes, de Pernambuco; os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, de São Paulo; o jurista Afonso Arinos e o líder sindical Luis Inácio da Silva, sob a coordenação e liderança política do deputado Ulysses Guimarães, o Senhor Diretas, grande personalidade para a redemocratização do País.

A campanha mobiliza o país e sensibiliza o Congresso. A mídia abre espaços generosos para divulgar o movimento cívico. Intelectuais e notáveis já formam na primeira fila dos que pedem as eleições diretas. Artistas de todas as expressões culturais vão às praças e cantam pela liberdade de se escolher o futuro presidente da nação.

Os comícios aglutinam inicialmente milhares e depois milhões de pessoas no maior movimento civil já assistido pela sociedade brasileira.

É assim em Curitiba, em Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia. Londrina, São Luiz, Natal, Petrolina(PE), Olinda (PE), Maceió, Fortaleza, Vitória e por último, no Vale do Anhagabaú, em São Paulo com quase um milhão e meio de pessoas.

O Planalto reage. Decreta medidas emergenciais em Brasília e em mais dez municípios do interior de Goiás. O general Newton Cruz, da linha dura, é nomeado para comandar o processo patético de impedir o que já estava nas ruas.

Através da força ele tenta impedir o tráfego de veículos e de pessoas na cidade; cerca o Congresso; dissolve passeatas de estudantes mas não consegue evitar o “buzinaço” que anuncia o final de um ciclo.

1.2 - O Voto no Brasil

No processo de transição democrática, o deputado federal Dante Oliveira (PMDB/MT), propôs uma emenda constitucional para modificar o sistema eleitoral brasileiro introduzindo a eleição direta para presidente da República. A proposta não foi aprovada.

Uma emenda constitucional (nº 25, de 15 de maio de 1985) alterou os dispositivos que regulamentava a matéria elevando o número de parlamentares na Câmara e no Senado, com base na população das unidades federativas.

Desse modo, a Câmara passou a atuar com 447 deputados, o Senado com 03 representantes por unidade da Federação e o Distrito Federal - onde se encontra a capital do País - obteve sua autonomia política, adquirindo o direito de eleger 08 deputados federais e também 03 senadores.

A mudanças implementadas pela emenda de nº 25 estabeleceram um quadro efetivamente novo na forma de fazer política no Brasil. Já não havia sombras nem os temores soprados pelos ventos uivantes da ditadura.

Foi permitida a total liberdade para a criação de novos partidos políticos, os quais, diferentemente do que ocorria antes, ganharam personalidade jurídica, com registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

Também foi estabelecido o voto facultativo para analfabetos, a extinção do instituto da fidelidade partidária e as prefeituras municipais, cujos governantes eram indicados bionicamente, ganharam o direito de eleger seus mandatários.

Somente em 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, foram definidas as novas regras que norteariam as disputas eleitorais.

Como o país já havia aderido o pluripartidarismo, as eleições seguintes trouxeram um cenário novo e transformador da nova fase política vivenciada no país.

O novo cenário político eleitoral brasileiro consolidou o instituto das eleições diretas em todos os níveis, permitiu a criação de novos partidos, estabeleceu o segundo turno de votação para cidades com população superior a 200 mil habitantes.

Pela primeira vez em mais de duas décadas de arbítrio e fechamento político, os brasileiros votariam e elegeriam seus candidatos a presidente da República, a governador e a prefeito e seus respectivos vices.

O país, enfim, experimentava o sabor da democracia definitivamente restaurada.

1.3 - Transição Democrática Brasileira

O processo da transição democrática levou mais de dez anos para se consolidar se for levada em consideração todas as fases correspondentes das negociações empreendidas entre os militares e a classe política.

Essa fase foi marcada pela elaboração dos acordos, dos pactos e da reconstrução da democracia como regime de governo do país, após reiteradas discussões com os mais significativos segmentos da elite brasileira.

Cronologicamente essa transição foi iniciada com a escolha do general Ernesto Geisel para a presidência do país, em 1973, estendendo-se para o governo do também general João Batista de Oliveira Figueiredo que lhe sucedeu, até o governo de José Sarney.

Vale lembrar que a figura política de Sarney, um inexpressivo senador eleito pelo Estado do Maranhão, passou a fazer parte da cena política da transição em virtude de uma fatalidade.

Reconhecido pela sua disposição de dialogar e pelo trânsito fácil entre políticos e militares, José Sarney foi candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves e só assumiu a presidência diante da morte do presidente eleito, num dos episódios mais marcantes da política brasileira daquela fase.

Pode ser interpretada como uma ironia, mas a democracia brasileira veio se consolidar de fato e de direito com a eleição de Fernando Collor, primeiro presidente eleito no país em votação direta, depois do golpe e apeado do poder pela mesma democracia que o elegera, num processo de *impeachment*, também o primeiro da história política do Brasil.

Analisando o processo de transição sob a luz dos governos militares, com os quais a sociedade brasileira conviveu por mais de duas décadas, há de se fazer um breve histórico cronológico para que se compreenda como essa transição foi conduzida até a consolidação da democracia.

Ressalte-se que a Revolução de 31 de Março – como ainda hoje os militares costumam denominar o Golpe Militar de 64 – não teve, inicialmente, a intenção de manter as forças armadas no poder por muito tempo. Pelo menos era essa a idéia inicial do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o primeiro presidente militar do golpe.

Pretendia-se – segundo o governo - eliminar a corrupção, o movimento comunista e outros problemas que poderiam levar o país para as mãos de subversivos, inspirados pelo governo cubano de Fidel Castro. Acabado esse processo, o governo retornaria às mãos dos civis.

Mas a história se revelou de forma diferente. Depois de Castello Branco, o último dos marechais, três generais se revezaram no poder e ao contrário de restabelecer a democracia – com pregar Castello Branco – eles endureceram o regime até a abertura, mais de vinte anos depois do golpe que derrubara o presidente João Goulart.

Depois do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) vieram o general Arthur da Costa e Silva (1967-1969), o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o general Ernesto Geisel (1974-1979) e o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Juntos e investidos pelo poder do golpe, os governos militares renegaram o que havia sido preconizado em 1964: mudaram as regras do jogo, estabelecendo as eleições indiretas para presidente, dissolveram os partidos políticos, cassaram mandatos, governaram por atos institucionais arbitrários, estabeleceram censura política e a repressão contra tudo e todos que representassem resistência ao movimento golpista.

Observa-se que a idéia de redemocratizar o país e devolver o poder aos civis está presente nos postulados de cada um dos generais presidentes.

Costa e Silva, que sucedeu Castello Branco, anunciava a mesma disposição chegando inclusive a solicitar estudos para que uma nova Constituição fosse promulgada, com mais avanços que a Carta vigente de 1967 o que acabou não ocorrendo em virtude do surgimento da guerrilha urbana e da doença que o afastou da presidência e lhe causou a morte.

Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência do país num período em que recrudesceram os movimentos guerrilheiros no Brasil em resistência aos militares. Por isso, o seu governo foi o mais duro de todos, repressivo e de perseguição a escritores, compositores, jornalistas, publicações, peças teatrais, filmes, dentre outros meios, numa severa política de censura jamais vista desde a ditadura de Getúlio Vargas.

Seu governo foi marcado pela prisão, tortura, morte e exílio de milhares de brasileiros e da repressão a guerrilha do Araguaia. Ao mesmo tempo o governo Médici experimentou vitórias significativas na área econômica (o PIB crescia a 12% ao ano e a inflação não ultrapassava de 18% em igual período) e social com a implementação de grandes obras de infra-estrutura com a geração de milhões de empregos.

O país vivia a era do Milagre Econômico.

O período foi marcado pelo aumento da produção de bens de consumo, de uma austera política salarial e pela concessão de vantagens e privilégios para o capital internacional o que trouxe grandes investimentos estrangeiros no Brasil.

Segundo Severo Gomes, que foi senador da república e ministro dos governos militares, comentando aspectos sobre o governo Médici, e a transição política brasileira no livro “Transição Política e Consolidação da Democracia” (Novos Estudos, CEBRAP, número 35, março de 1993, p.113), a abertura política poderia ter sido feita naquele período face a positividade de seu governo no campo social e econômico.

“Dizia o general Golbery, com aquela sua idéia de abertura ‘lenta, gradual e segura’ que ele tinha perdido a grande oportunidade ao tempo do governo Médici, porque no período da vitória do campeonato do mundo, do milagre econômico, certamente poderia fazer eleições, construir uma grande maioria no Congresso e até fazer uma Constituição voltada para seus interesses mas ele era muito ‘burrinho’”.

De fato, o governo Médici deu mais ênfase ao combate das ações guerrilheiras, intensificadas pelos assaltos a bancos e seqüestros de autoridades diplomáticas, fechando os ouvidos para o debate com estudiosos, políticos e jornalistas que além de denunciar a repressão do regime, já clamavam pela abertura democrática.

Quando Ernesto Geisel assumiu a presidência o movimento subversivo no país estava desmantelado. O milagre econômico chegara ao fim. Crescia a insatisfação popular e as taxas de juros assustavam a população.

O governo de Geisel também coincide com a crise do petróleo e a recessão mundial que interfere na economia do Brasil. A oposição ao regime passa a ocupar espaços políticos até então proibitivos e os resultados das urnas assombram os militares.

O MDB - Movimento Democrático Brasileiro conquista 48% dos votos para a Câmara e 59% dos votos para o Senado. As eleições de 1974 ainda apresentam a vitória oposicionista nas principais capitais brasileiras.

Nos quartéis, a inquietação dos militares, os chamados linhas duras, fica patente com a promoção de atos terroristas (para culpar a esquerda) e do assassinato do jornalista Wladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. A tropa mostra insatisfação diante da possibilidade de abertura democrática.

Segundo Ana Maria Schiavinato Ferreira

“O projeto político do grupo Geisel era promover em primeiro lugar a distensão para, no governo seguinte tornar possível a abertura e, finalmente, chegar-se a redemocratização. Pode-se dizer que esse processo era quase um projeto pessoal do general Golbery (e que deveria ser tratado como um processo, e não como um projeto, uma vez que ele não guardava as características de um projeto ou seja, o “bruxo” não tinha pretensões de controlar todos os acontecimentos que uma abertura política envolveria, por reconhecer nisto uma empreitada impossível”.

Transição Democrática e Pacto Político. Estudo Comparativo do Sistema Partidário e Eleitoral no Brasil e Argentina – 1964-2001 (Tese apresentada ao Programa de Doutorado do Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília- 2001)

O general Golbery do Couto e Silva, chefe da casa civil da presidência da república, conhecido como “bruxo” era um militar egresso da comunidade de informações, com ampla liderança nas tropas e influência nos governos militares onde sempre serviu com discrição.

Como estrategista Golbery costurou os passos iniciais para o processo de abertura democrática e de fato não parecia demonstrar pretensões políticas mas temia que esse processo pudesse criar fissuras nas Forças Armadas, principalmente na comunidade de informações que tinha no SNI – Serviço Nacional de Informações, o seu principal braço.

A Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil e alguns dos principais meios de comunicação do País passaram a expressar seguidas e insistentes manifestações contra a repressão do regime militar.

As eleições de 1974, boa parte delas vencidas pela oposição, foram claros sinais de que os ventos da mudança já sopravam a favor das liberdades democráticas, em descompasso com o ritmo imposto pelos militares. A vitória oposicionista poderia ser interpretada como a perda de legitimidade do regime militar.

Mas o governo não parecia entender esses sinais. Os aparelhos repressivos pareciam estar sem controle. Crescia o número de pessoas desaparecidas e torturadas sem que as forças armadas, mesmo acionadas, justificassem as medidas.

A morte de Herzog e depois a do operário Manoel Fiel Filho, em circunstâncias semelhantes – com o exército mais uma vez negando sua responsabilidade – motivou o presidente Geisel a demitir o general, Ednardo D’Ávila, comandante do exército. O episódio é outro fato marcante na história do processo de redemocratização.

O general Geisel teve que usar de autoridade e diálogo para encaminhar o processo de abertura tal qual havia estrategicamente preconizado com o então Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva.

O governo militar procurou estabelecer medidas que pudessem – ao mesmo tempo – caminhar de forma lenta, gradual e segura para o processo de liberalização de modo que fossem atendidos os apelos que vinham das ruas mas, de igual modo, que essas medidas não representassem, uma provocação aos chamados linhas duras que não queriam a abertura.

A edição do Pacote de Abril, lançado pelo Governo, foi o estopim para a explosão de protestos comandados pela OAB, Igreja e segmentos da sociedade questionando os rumos da distensão estabelecidos por Geisel e exigindo o imediato retorno do estado democrático de direito.

O pacote objetivava criar controle político para a sucessão presidencial em 1979 e para tanto modificava as regras do jogo democrático incluindo a eleição indireta para governadores (já nas eleições de 1978); eleição indireta de 1/3 dos senadores da República; e a possibilidade de alteração da Constituição com maioria absoluta quando a regra vigente era de dois terços. A bancada de parlamentares na câmara passaria a ser calculada pela totalização da população e não pelo número de eleitores de cada estado e ainda se restringia o acesso ao rádio e a televisão.

A decisão tomada pelo presidente Geisel em demitir o general Silvío Frota, comandante linha dura e principal articulador das manobras contra a distensão, fortaleceu a autoridade presidencial fator que mais tarde contribuiria para a consolidação do processo de abertura política.

O episódio pode ser considerado como um dos mais tensos do Governo Geisel, na esfera do plano político institucional voltado para a distensão. Afinal, o general Frota tinha aspirações de chegar à presidência e era o principal porta-voz dos que faziam restrições à abertura.

Vale a pena destacar que as medidas adotadas pelo governo na condução de uma abertura lenta, gradual e segura, acabaram pavimentando o caminho para a democracia. A estratégia de Geisel e Golbery – a seu tempo, apesar das pressões advindas das ruas e praças – seguiu seu curso: o Ato Institucional nº 5 foi revogado; abrandou-se o rigor da Lei de Segurança Nacional imposta contra as liberdades individuais; concedia-se anistia a ex-presos políticos e permitia-se a criação de novos sindicatos.

A autoridade de Geisel lhe permitiu eleger o general João Batista de Oliveira Figueiredo para presidente, seu sucessor, ampliando-se o seu mandato de cinco para seis anos. Figueiredo assumiu a presidência num momento difícil para a economia do país. No seu primeiro ano de presidência, o País assistiu a 429 greves. O governo respondia com a truculência de sempre. A inflação beirava 95,25, o PIB em queda, chegava 4,3% e o Brasil caminhava para a recessão.

Coube ao presidente João Figueiredo conduzir o processo de abertura estabelecido por Geisel. Havia uma receita pré-encomendada: Figueiredo manteria em seu governo

alguns militares linhas duras em postos chaves para que o projeto cuidadosamente preparado não sofresse mudanças em seu percurso. Golbery foi mantido na Casa Civil para controlar o cumprimento daquilo que havia sido estabelecido.

No início de seu governo o novo presidente conviveu com a manifestação de militares de linha dura. O episódio do Riocentro foi a mais emblemática delas. Um grupo de militares descontentes com os rumos da abertura política prepararam um atentado para culpar a esquerda. A bomba foi explodida antes do tempo causando morte e ferimento nos militares o que exigiria uma rigorosa investigação que foi cobrada pelo general Golbery.

As investigações não foram feitas como devido em virtude da resistência dos militares golpistas. O episódio resultou na demissão do general Golbery do Couto e Silva, principal avalista da abertura política brasileira.

Figueiredo ainda aproximou-se de uma das figuras políticas mais importantes de seu tempo, o senador piauiense Petrônio Portella, a quem dera o cargo de Ministro da Justiça, para muitos, virtual candidato dos militares à sucessão presidencial, no fechamento do ciclo que entregaria o poder para as mãos dos civis.

De fato, o ministro Portella, era hábil interlocutor e o principal articulador entre a classe política e o governo militar. Graças ao papel de mediador e conciliador de Portella, o presidente Figueiredo pôde colocar em prática alguns dos processos estabelecidos pelo seu governo na direção da abertura desejada, com destaque para o processo de anistia política (1979), a implementação do pluralismo partidário (1980) e das eleições diretas para governadores, em 1982 as quais Portella não chegou assistir em virtude de sua morte repentina, dois anos antes. A oposição venceria em estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

Figueiredo teve dificuldades para conduzir o projeto de liberalização face as perdas de Golbery e Portella dois importantes artífices da redemocratização. Leitão de Abreu, na Casa Civil e Abi-Ackel, na Justiça não tiveram a mesma habilidade que os seus antecessores.

Com o pluripartidarismo, a ARENA transformou-se em PDS (Partido Democrático Social) e o MDB em PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Outros partidos foram criados, entre eles o PP (Partido Popular) resultado de dissidências da ARENA E MDB, cuja figura mais proeminente era a do governador mineiro Tancredo Neves, que seria candidato vitorioso na eleição seguinte.

O Brasil teve que recorrer ao FMI – Fundo Monetário Internacional (1982) a quem, no ano seguinte também declararia moratória da dívida externa brasileira. No campo político o governo apelava para o Colégio Eleitoral com o forma de manter-se no poder enquanto perdia legitimidade junto a sociedade.

No ano seguinte o Congresso Nacional recusou-se a aprovar pelo menos dois Decretos-Leis Presidenciais numa demonstração de independência como de há muito não fazia, desde a instalação do golpe, em 1964.

A partir desse episódio percebeu-se que outras manifestações sinalizavam a proximidade do fim do regime autoritário. Governadores eleitos pelo PDS já defendiam abertamente as eleições diretas. O governo dava sinais na mesma direção e até mesmo o presidente Figueiredo, num de seus tradicionais arroubos, chegara a afirmar que ele era também a favor de eleições diretas.

A Emenda Dante de Oliveira estabelecendo eleições diretas fez eclodir no país o Movimento Diretas-Já e com ele a mobilização popular em gigantescos comícios nas praças públicas das grandes capitais. A emenda foi rejeitada mas o alargamento para a discussão do tema estaria definitivamente escancarado.

Aureliano Chaves, então vice-presidente da República, rompeu com Figueiredo e passou a liderar dissidentes e moderados do regime dentre os quais, Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Marco Maciel, Nelson Marchezan, todos ligados ao PDS. Estava a partir daí formada o que seria a Frente Liberal que integraria, mais tarde, outros importantes segmentos políticos do País.

Chaves teve papel fundamental na celebração do pacto – o conhecido Acordo Mineiro – pois era um político sério, equilibrado e de grande e autoridade moral, talhado para unir e conduzir a oposição.

Sobre a importância do pacto para aquele momento político brasileiro Aureliano Chaves disse:

“o pacto toca no ponto principal da crise que atormenta a Nação e que já começa a revelar sintomas de inquietação social: o país precisa – e urgentemente – caminhar para a conciliação pois a situação brasileira atingiu contornos de tal gravidade, que somente a soma geral de esforços, acima dos partidos, poderá acender a luz no fundo do túnel. Medidas protelatórias, ambições pessoais, teimosias, tudo deve ser posto de lado, em nome da necessidade inadiável de, pelo menos, amenizar o obscuro quadro atual”

Publicado em Belo Horizonte no jornal O Estado de Minas - Edição de 7 de julho de 1984, pag.4

Em São Paulo, o governador paulista André Franco Montoro, em nome do PMDB, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo comentava:

“O apoio que o vice-presidente Aureliano Chaves, o senador José Sarney e o senador Marco Maciel, bem como os outros representantes liberais do PDS decidiram dar a essa grande frente democrática, representa o fim do continuísmo e garante a vitória da candidatura Tancredo Neves”

Publicado em São Paulo no jornal O Estado de São Paulo, Edição de 19 de julho de 1984

A aliança entre o PMDB e a Frente Liberal (Aliança Democrática) e na definição de Aureliano Chaves “é o embrião de um novo partido”, indicam os nomes de Tancredo Neves e de José Sarney para as eleições daquele ano.

Tancredo Neves foi eleito presidente no início de 1985 ao vencer Paulo Maluf no Colégio Eleitoral por 480 votos contra 180, sepultando de vez com o regime autoritário instaurado em 31 de março de 1964.

Gravemente enfermo e sem ainda ter tomado posse, Tancredo Neves experimenta uma agonia que dura 37 dias e que comove a nação. Sarney, seu vice-presidente recebe do Congresso Nacional a prerrogativa de conduzir a nação durante o impedimento de Tancredo e com a sua morte, é finalmente efetivado no cargo em 21 de abril de 1985.

O maranhense José Sarney, de formação liberal, será o primeiro civil que assumirá a presidência da República, com mandato até março de 1990, encerrando definitivamente o regime militar que governou o Brasil durante 21 anos.

Por fim, sobre o processo de redemocratização brasileiro escreve o economista, historiador e pesquisador Ronaldo Costa Couto (História Indiscreta da Ditadura e da Abertura – Brasil: 1964-1985):

“Em 1985 e nos anos seguintes, o Brasil consolida a transição democrática. Os militares voltam aos quartéis e aos limites de suas funções tradicionais. A legislação ditatorial remanescente é eliminada. O Judiciário atua co independência. O Congresso recupera suas prerrogativas. Há plena liberdade de imprensa. As eleições indiretas são extirpadas. A atividade política reencontra a plenitude. A partir de 1987, a Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana elabora nova Carta Política, promulgada em 5 de outubro de 1988. No final de 1989, o povo elege novo presidente da República”.

2. Argentina – Cenário da Instabilidade

A Argentina viveu longos períodos de instabilidade política. De 1970 a 1976, anos que antecederam o último dos golpes militares que levou o país a mais dura ditadura vivenciada até então, o país havia experimentado a inconstância de conhecer em tão pouco tempo, seis presidentes e sete chanceleres, até o golpe que derrubou Maria Estela Martinez de Perón. A viúva de Juan Domingo Perón ficou menos de dois anos no governo (1974-1976).

Os seis anos antes do golpe foi um período tumultuado, ocasião em que prevaleceu a política indecisa de alinhamento e de não alinhamento.

A política externa da Argentina oscilou durante a década, ora presente, ora distanciada de seus parceiros-vizinhos da América do Sul, principalmente do Brasil e das grandes potências do norte, sobremodo dos Estados Unidos.

No início daquela década a Argentina teve na presidência o general Alejandro Lanusse (1971-1973) cuja proposta de governo era de redemocratizar o país, através da coalização de seu governo com partidos políticos de esquerda e de direita e de deixar de lado as perseguições que sempre foram características dos governos anteriores, inclusive o do general Roberto Marcelo Livingston (1970-1971) a quem Lanusse derrubara através de golpe.

Antes de ser sucedido pelo peronista Héctor José Cámpora (1973), numa tentativa de transição do regime militar para a democracia, Lanusse teve que enfrentar o inconformismo das tropas militares e as ações empreendidas pelos grupos guerrilheiros pró-peronistas como os Motoneros e os trotkistas.

Eram sinais claros e evidentes de que a democracia argentina teria enormes dificuldades para se sustentar pelos anos seguintes.

Cámpora procurou dinamizar as relações de seu país com a execução de uma atuante política externa voltada para atrair novos parceiros na Europa e na Ásia, além de procurar consolidar a hegemonia argentina na América do Sul e em especial implementar uma política proativa com o Brasil, na fomentação de projetos visando à integração regional.

Concedeu anistia para presos políticos, estreitou relações diplomáticas com Cuba mas teve que renunciar o mandato em julho do mesmo ano, após o conflito entre partidários peronistas (de extrema direita e de extrema esquerda) o que ocasionou no que se denominou na época, o Massacre de Ezeiza.

O aeroporto de Buenos Aires, palco onde ocorreu o massacre, estava cheio de manifestantes que aguardavam a chegada de Juan Domingo Perón, após dezoito anos no exílio, quando as manifestações de boas-vindas descambaram para a violência incontida.

O episódio abriu uma crise no governo e precipitou a renúncia de Héctor Cámpora que legitimou com sua saída e através de eleições, o retorno de Juan Domingo Perón ao poder pela forma legal uma vez que até então ele estava impedido de regressar ao país pela Junta Militar que governava a Argentina.

Com a renúncia de Cámpora e de seu vice-presidente, coube ao deputado Raul Alberto Lastiri, então presidente da Câmara, assumir a presidência da Argentina e organizar as eleições que reconduziriam Juan Domingo Perón a presidência da Argentina (1973-1974) para o seu terceiro mandato marcado pela extrema violência política e por enormes dificuldades no campo da economia.

Perón morreu em julho de 1974 aos 78 anos e foi sucedido por sua mulher, Maria Estela Martinez de Perón – a Isabelita – então sua vice-presidente.

O governo de Isabelita foi marcado pelo total descontrole da economia, pela inflação incontrolável e pelo crescimento da dívida externa, fatores que empurraram a Argentina para o fundo do poço.

Sem recursos financeiros para bancar a máquina estatal e vendo despencar os números de sua principal fonte de receita externa, a venda da carne argentina para o mercado europeu, o governo viu também recrudescer nas ruas, os movimentos que passaram a pedir sua renúncia.

Isabelita valeu-se do exército para reprimir as manifestações grevistas que paralisaram o País, autorizou intensificar a perseguição aos líderes sindicais e assistiu, de igual modo, o crescimento da guerrilha nos quatro cantos do país, com ênfase ao ERP - Exército Revolucionário do Povo, de extrema direita, que somado ao movimento guerrilheiro Motoneros, de extrema esquerda deram motivo para o surgimento de uma ação militar conhecida como Guerra Suja, a página mais negra e cruel da violência e da repressão argentina em toda sua história.

Pressionada a renunciar pela pressão popular e sem mais contar com o apoio das forças armadas, Isabelita de Perón licenciou-se do cargo e sob acusação de uso indevido de recursos públicos foi definitivamente afastada da presidência da república por uma Junta Militar comandada pelo general de exército Jorge Rafael Videla (integrada pelo almirante Emilio Eduardo Massera e pelo brigadeiro Orlando Ramon Agosti) que assumiria a presidência do País, em 1976.

2.1- O Terrorismo de Estado

A ditadura instaurada pelo regime militar na Argentina, a partir da deposição de Maria Estela Martinez de Perón, institucionalizou o terrorismo de estado inaugurando com ele a fase mais negra e cruel da História Política do País.

O período, que durou sete anos, conhecido como a Reorganização Nacional, foi marcado pela ilegalidade dos atos praticados pelo governo e pelo total abandono do estado democrático do direito.

A Junta Militar que assumiu o poder impediu por completo a movimentação da sociedade, caçou, prendeu, torturou e matou lideranças sindicais e de organizações populares; proibiu o funcionamento delas e tornou como prática comum, os seqüestros, as prisões autoritárias sem julgamento de estudantes, jornalistas, intelectuais, ativistas e

o desaparecimento da maioria dessas pessoas nos porões dos centros de torturas mantidos de forma clandestina nos arredores de Buenos Aires.

Alegando questões de ordem e de segurança nacional, a Junta Militar integrada pelos comandantes militares das três forças, dissolveu o parlamento e em seu lugar nomeou uma Comissão de Assessoramento Legislativo, formada por militares leais ao golpe, através da qual sancionava as leis que conduziram o país ao mais profundo estado de terror e de medo.

O jornalista Ariel Palacios, mestre em jornalismo pela Universidade Autônoma de Madrid, correspondente em Buenos Aires do jornal O Estado de São Paulo publicou ao longo dos últimos anos, matérias e relatos sobre a ditadura Argentina, nos quais resgata fatos e números que traduzem a face mais sanguinária do regime imposto pelos militares naquele País.

Segundo Palacios, no período da ditadura (1976-1983) os militares argentinos mataram cerca de 30 mil pessoas, incluindo nesse número, crianças e idosos indefesos, filhos e pais de militantes presos, a maioria dos quais também morta nos cárceres de Buenos Aires e ou de Córdoba, os dois principais centros de tortura.

Ainda nos dias de hoje, mais de trinta anos depois do final da ditadura, as mães da Praça de Mayo, movimento que se notabilizou pela resistência e pelas denúncias contra o governo militar, contabiliza os impressionantes números ainda não fechados completamente, resultado daqueles tenebrosos tempos.

Envelhecidas e sofridas pelo desaparecimento de seus entes mais queridos, as Mães da Praça de Mayo – hoje avós – reconhecem pelos relatos consolidados, que a ditadura é responsável pelo desaparecimento de mais de 10 mil argentinos.

Organizações de Direitos Humanos e relatórios das Forças Armadas Argentinas apresentam números contraditórios quando o assunto tenta dirimir dúvidas quanto ao número de mortos e de desaparecidos.

Enquanto os movimentos de direitos humanos reclamam da morte de mais de 30 mil civis, 10 mil desaparecidos e o seqüestro de mais de 500 bebês (filhos dos desaparecidos), os militares argentinos assumem apenas 8 mil mortes durante aquele período e ainda atribuem à guerrilha, parte dessas mortes.

Segundo a *Comisión Nacional sobre La Desaparición de Personas*, entre 1976 e 1979, a repressão comandada pela máquina estatal promoveu um verdadeiro genocídio na Argentina.

Durante aquele período foram assassinadas 1.898 pessoas, enterradas nos arredores de Buenos Aires e províncias e cujos restos mortais foram encontrados e identificados posteriormente, quando da democratização do País.

A mesma comissão referenda o desaparecimento de quase 10 mil argentinos e através de relatos obtidos entre prisioneiros que conseguiram sobreviver o período do terror, chegou a conclusão que a guerra suja – como era chamada a ação militar – cometeu um número maior de atrocidades do que aquelas que se têm notícias.

Os relatos sobre a ação dos militares contra o que eles consideravam subversivos, comunistas e inimigos do Estado, são comparáveis as ações nazistas impetradas nos campos de extermínio da Alemanha, sob o comando de Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial.

As pessoas seqüestradas, torturadas e assassinadas pela ditadura eram enterradas em fossas clandestinas comuns em área do Estado, algumas delas nas cercanias de Buenos Aires.

Segundo esses relatos, alguns prisioneiros foram jogados – ainda vivos - no oceano ou no rio da Prata, a partir de aviões militares cujos vôos frequentes foram denominados de “vôos da morte”, prática também utilizada pela ditadura brasileira no que foi denominada à época de Operação Bandeirante.

O exército brasileiro confirma sua atuação nas operações de repressão a guerrilha mas nega ou dissimula a existência dessa prática.

Sobre os “*vuelos de la muerte*”, a ditadura militar argentina atirou em alto mar cerca de 2.000 mil prisioneiros vivos. Esses dados foram obtidos através de declarações prestadas anos depois do golpe, em 1995, por um oficial militar, ex-capital da marinha que informou ter participado das operações.

Adolfo Francisco Scilingo, em depoimento, disse que antes de serem assassinados, os prisioneiros eram torturados e dopados na ESMA - Escola de Mecânica da Armada, instituição criada para a formação e o aperfeiçoamento de militares, mas utilizada nos anos de chumbo, como centro logístico da ditadura para a investigação e a tortura de presos.

Nesses relatos, a ESMA teria prendido e torturado durante “*la guerra sucia*” cerca de 6.000 mil pessoas das quais, pouco menos de 50 teriam sobrevivido e relatado, posteriormente, os métodos e as atrocidades cometidas naquele centro.

Há registros de que o exército argentino fuzilava ou dinamitava grupos de prisioneiros em campos de treinamento militar. Os militares também se tornaram especialistas da tortura, criando métodos abomináveis para extrair confissões dos torturados no maior e mais infame desrespeito à vida e a pessoa humana.

O regime militar que comandou a Argentina no período de 1976 a 1983 pode ser considerado como o resultado de “um plano político deliberado e consciente, elaborado e executado pelas próprias Forças Armadas do país, no intuito de proporcionar mudanças profundas nas estruturas sociais e nas formas de organização política,

baseadas na repressão violenta, e conseguir uma relação entre o Estado e o homem mediada pelo terror” como escreve Alejandra Leonor Pascual em seu livro Terrorismo de Estado (2004, p.32).

Os militares argentinos fundamentaram suas ações a partir da idéia de que a segurança nacional somente seria possível a partir do fortalecimento do Estado, de sua onipresença, onisciência e onipotência para a reorganização da sociedade e combate definitivo onde o comunismo internacional pudesse causar ameaças ou danos.

Tais medidas jogaram na lata do lixo as idéias e as garantias constitucionais inaugurando-se o terrorismo de Estado que na definição do jurista romeno Eugene Aroneau é

“o exercício do poder supremo do Estado, sem estar sujeito a nenhum tipo de controle, por meio de um sistema organizado e incentivado desde suas estruturas para a consecução do seus objetivos” (Aroneau, Frontalini - 1984, p.83)

Desse modo, o regime militar argentino modificou toda a estrutura sócio-política do país fazendo prevalecer, predominantemente, o arbítrio, a repressão e o poder incontestável das Forças Armadas.

Suspendeu-se o direito penal e estabeleceu-se a força pública para – em detrimento da aplicação do direito – executar medidas coercitivas de deter cidadãos, isolá-los de suas famílias e executá-los sem chances de defesa, características do terrorismo de Estado.

As ações implementadas pela Junta Militar que governou o país procurou implantar um modelo social totalitário que buscava, através dessas ações, o que era considerado “o inimigo interno”, assim consideradas todas as pessoas que demonstrassem interesses em questionar o modelo de sociedade vigente.

A estratégia dos militares argentinos era e destroçar qualquer iniciativa de mobilização da população sob justificativa de manter a ordem e paz sociais. O terrorismo de Estado argentino não conseguiu estabelecer, na prática, as premissas de seu discurso: não havia segurança, paz e nem liberdade.

- O regime militar considerava que a instauração de um sistema democrático configuraria um caminho aberto para a conquista do poder por parte das chamadas doutrinas subversivas. O bem do povo exigia que fosse privado da capacidade e autogovernar, posição que implicava, claramente, a negação da alternativa democrática Tapia Valdés, 1980, p.30).

Sobre o mesmo tema Mirta Teitelbaum prossegue:

- O projeto do regime militar não era, pois, instituir um regime democrático, mas realizar uma profunda transformação sociopolítica, Esse projeto de “objetivos sem prazos” exigia uma paz social impossível de atingir com um povo consciente; para

garantir a ordem, era preciso implantar a paz dos cemitérios, era preciso apelar ao terrorismo de Estado (Teitelbaum, 1989, p .63).

De fato, a repressão e o terror desencadeados pelo Governo tinham como propósito plantar o medo na mentes dos cidadãos, aterrorizá-los e afastá-los de qualquer atividade que pudesse fazer frente ao poder do Estado.

O assassinato de pessoas tornou-se uma prática comum como forma de paralisar as atividades dos grupos de resistência que se reuniam nas universidades, sindicatos, grêmios secundaristas e outros tipos de associações dentre as quais as de advogados e de jornalistas.

Durante o regime militar o Poder Judiciário e a administração da justiça estiveram atrelados à Junta que governou o País.

Os integrantes da Corte Suprema eram indicados pelos militares os quais submeteram os novos magistrados à obediência cega aos objetivos básicos do Processo de Reorganização Nacional.

Essa obediência custou a vida de milhares de argentinos. No período da ditadura era prática comum o abuso de poder e a violação dos direitos humanos que acabavam resultando no desaparecimento de pessoas.

Mesmo acionado para se pronunciar diante das graves denúncias de assassinatos, seqüestros, prisões ilegais, e repressão violenta, o Poder Judiciário limitava-se a proceder notificações formais à Junta Governativa mas pouco se preocupava em apurar

2.2 - A Guerra das Malvinas

Como já ocorrera em situações vivenciadas no próprio país, em ocasiões anteriores e com alguma similaridade nos países vizinhos, a ditadura argentina passou a dar claros sinais de estagnação. Era o ano de 1982. O general Leopoldo Galtieri governava a Argentina.

A política econômica equivocada dos militares já havia sucateado a indústria nacional gerando desemprego, causando o estrangulamento da produção e mergulhando o país na sua mais profunda crise, desde a implementação do golpe.

Nas ruas e praças de Buenos Aires cresciam os movimentos de protestos, de resistência e de confronto ao golpe. As Mães da Praça de Maio cobravam pelo desaparecimento de seus filhos e responsabilizavam a junta governativa pelos seqüestros, prisões, torturas e assassinatos de seus familiares, um movimento que passou a chamar a atenção da comunidade internacional.

Enfraquecida em seu poder mandatário no final da década de 70, a junta governativa argentina buscou granjear o apoio popular da sociedade.

As disputas em torno do canal de Beagle aumentaram as tensões com o Chile no plano externo, quase transformadas em guerra, mediadas a tempo com a interferência do Vaticano.

Nessa ocasião a economia do país já dava sinais de exaustão por causa do crescimento da dívida externa.

No plano interno, a vitória na Copa do Mundo, disputada na Argentina, trouxe uma euforia efêmera, que parecia fazer com que os argentinos esquecessem da hiper-inflação e de seus mais graves problemas políticos, arrastados até o final daquela década.

O regime estava a ponto de implodir.

Na visão dos militares, era necessário promover algo capaz de mudar o rumo da história e de fazer frente aos graves problemas causados pela inflação e pela crise econômica que já levava à falência os principais bancos e instituições financeiras da nação.

Essa visão imaginava ser possível reacender o que a junta governativa denominava, desde o início, de Processo de Reorganização Nacional e aglutinar a população em nome de uma grande causa.

Secretamente, o comando do exército elaborou aquele que seria – pelas suas previsões - o plano ideal capaz de fortalecer o governo e de aglutinar o apoio do povo argentino numa ação inédita e ousada: invadir as ilhas Malvinas e despertar na população, o patriotismo esquecido e o ódio da sociedade gerado pelo regime autoritário.

A empreitada militar às ilhas Malvinas efetivamente mudou o rumo da história e reescreveu um capítulo que não estava previsto no manual do Plano de Reorganização Nacional dos militares argentinos.

A junta militar acreditava que no aspecto do plano internacional, a invasão recolocaria a Argentina num favorável cenário político e que o país contaria com o apoio dos Estados Unidos em reaver o território em disputa.

As Ilhas Malvinas, como são chamadas pelos argentinos, e Falklands, pelos ingleses, estão localizadas no sul extremo oceano Atlântico e sua soberania é contestada desde o século XIX pelos dois países que reivindicam sua jurisdição.

O presidente da Argentina, general Leopoldo Galtieri, ordenou a invasão das Malvinas convicto de que o plano elaborado pelos militares, denominado de Operação Rosário, surtiria o efeito desejado.

De fato, tão logo a operação foi deflagrada, no dia 2 de abril de 1982 e o exército desembarcou suas tropas no arquipélago e a notícia foi alardeada na capital do País e nas províncias, milhares de argentinos saíram às ruas para comemorar o feito.

Havia entre os militares argentinos a convicção de que a Inglaterra somente reclamaria pela integração das Ilhas Falklands/Malvinas, através de ações de sua conhecida diplomacia.

Afinal, mais de 10.000 km separavam ingleses e argentinos do centro da disputa o que – para os argentinos – seria um fator que, se levado em conta, consolidaria, para a Argentina, o plano desenvolvido pelos militares. Mas isso não ocorreu.

A Grã-Bretanha reagiu indignada, rompeu relações com a Argentina e partiu para o confronto em que pese as intervenções diplomáticas dos Estados Unidos e das Nações Unidas para evitar a guerra.

A guerra declarada pelo general Galtieri contra Margaret Thatcher, poderosa primeira-ministra britânica, constituiu-se numa manobra política fracassada, sem qualquer resultado prático para o regime militar.

Os argentinos foram humilhados fragorosamente, rapidamente e tiveram que capitular sem oferecer maior resistência.

Após o conflito aumentou a pressão dos movimentos populares contra a repressão militar. Sem apoio popular, com a economia em frangalhos, o regime militar também capitulou. Os argentinos “depuseram” Leopoldo Galtieri e já no ano seguinte, em 1983, promoveram as eleições que levaram o advogado Raul Alfonsín a assumir a presidência.

2.3 - A Transição para a Democracia

A transição política na Argentina só acontece depois do colapso resultante da campanha das Malvinas e do agravamento da crise econômica enfrentada pelo País.

Até antes da guerra contra os ingleses, o regime militar agonizava mas procurava uma saída capaz de reverter a situação que aquela altura já lhe era totalmente desfavorável.

O país mergulhara, de há muito, na maior das crises e o clamor popular já batia às portas dos quartéis. Os militares carregavam nos ombros a responsabilidade de ter trucidado segmentos da população e amargavam as derrotas no campo político e econômico.

O projeto elaborado pelos militares com o objetivo de efetivar profundas mudanças nas estruturas do país, descambara para o estabelecimento de uma relação odienta entre o poder público e o cidadão comum, mediada pela repressão.

A promessa de democracia, de sucesso econômico e reorganização da vida nacional quando o golpe se instalou, em 1976, dera lugar ao infortúnio, ao desalento e a falta de perspectivas.

O general Leopoldo Galtieri, presidente argentino na campanha das Ilhas Malvinas, tinha como certo o apoio dos Estados Unidos naquela guerra sem sentido ou propósito, um factóide cujo objetivo era acender o patriotismo civil para aglutinar apoio popular.

Galtieri imaginava, com os seus pares de comando, que o apoio americano não lhe faltaria, principalmente por que a Argentina havia apoiado o governo dos Estados Unidos nas intervenções americanas na América Central.

O apoio esperado não foi dado e a Argentina acabou derrotada e humilhada pelos ingleses, além de perder 712 inexperientes soldados, mortos em combate. Em apenas dois meses de conflito, os argentinos capitularam.

A Guerra das Malvinas é considerada, historicamente, uma aventura irresponsável, fruto da bravata de um general despreparado tentando salvar um regime completamente falido e sem legitimidade.

Se comparado com a força inglesa, o exército argentino não tinha chances mínimas de vencer o combate. Era numericamente inferior (10 mil soldados contra 28 mil ingleses), seus aviões eram obsoletos, da década de 60 (contra os jatos Harrier, que decolavam como helicópteros) e sua frota marítima se resumia apenas a um porta-aviões e submarinos movidos a diesel, contra navios e submarinos movidos a propulsão nuclear.

O equívoco de Galtieri precipitou o desastre e consolidou no povo, cansado das arbitrariedades, da intolerância, da repressão e da humilhação, o sentimento anti-militarista que abriria de vez as portas para a democracia.

A intervenção militar mostrara-se incompetente durante sete anos seguidos e as conseqüências da Guerra das Malvinas destroçaram de vez com o pouco que ainda restava daquele regime.

A Argentina era um país isolado do resto do mundo, sem parceiros comerciais (só conseguia vender carne para a União Soviética, ironicamente país de regime comunista) e sob reprovação das grandes democracias mundiais face o desrespeito que sempre manteve pelos direitos humanos.

O presidente do Estados Unidos, Jimmy Carter já havia liderado forte campanha contra a junta militar argentina cobrando-lhe o abrandamento do regime, o respeito às liberdades e o início do processo de distensão.

Os militares destituem Galtieri e escolhem o general Reynaldo Bignone para substituí-lo e para conduzir o processo de abertura democrática, mas eles temiam por possíveis retaliações.

Na visão dos militares a liberalização do regime poderia acontecer a partir daquele instante desde que fossem esquecidos todos os ilícitos cometidos pelo regime.

As lideranças políticas de oposição ao regime não aceitam negociar com os militares sob alegação de que lhes faltaria legitimidade e isenção para discutir o tema.

Havia um clima de total desconfiança no país e a nação bem sabia do que os militares seriam capazes de fazer para permanecerem no poder.

Quando os argentinos contabilizaram as conseqüências da ditadura militar e de seu Processo de Reorganização Nacional, os resultados foram espantosos.

O país estava literalmente quebrado com uma dívida externa de US\$ 45 bilhões e inflação anual a estratosférico 343%. A indústria argentina estava sucateada, 28% da população era constituída de pobres e ou desempregados.

A repressão argentina fez fugir do país milhares de professores, doutores, cientistas e intelectuais. O país se transformara num arremedo de nação.

Segundo dados da Comissão Nacional de Desaparecidos, o regime de repressão causou o desaparecimento de 8.500 pessoas ou 30.000, como ainda insistem os organismos ligados ao respeito dos direitos humanos.

Em 1983, quando os prenúncios da democracia já estavam mais nítidos, o povo argentino estava em pior situação que aquela, quando o golpe se instalara, em 1973.

Havia mais inflação, mais desemprego e quase nenhuma perspectiva para o futuro.

Raúl Ricardo Alfonsín, da União Cívica Radical, será o principal opositor do regime militar tão logo acaba a malfadada campanha das Malvinas e vai liderar a Argentina em seu retorno à democracia.

Numa disputa emblemática contra o candidato que representava o agonizante regime militar (o peronista Ítalo Luder), Alfonsín venceu as eleições com mais de 52% dos votos (contra 40% dados a Luder) infringindo a primeira derrota eleitoral do peronismo nas eleições que sepultariam de uma vez por todas com a ditadura argentina.

Naqueles tempos de alvorada democrática, 10 candidatos entraram na disputa presidencial. Alfonsín obteve 336 votos no Colégio Eleitoral enquanto Ítalo Luder chegou a 247 votos. Nessa disputa, até a ex-presidente Isabelita Perón, deposta no golpe de 1976, obteve um voto solitário, embora estivesse longe de qualquer pretensão política.

Na opinião do professor Torcuato di Tella,

“La victoria radical facilitó la transición por dos motivos, de los cuales uno es obvio, el otro mas discutible. El primeiro es que se trataba del partido com mayores convicciones democráticas del país. El menos obvio es que representava uma amenaza menor para el establishment cívico militar”

Fundador da Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH), organismo que combateu o autoritarismo e a repressão nos anos mais duros do regime militar, Alfonsín, o homem da transição democrática argentina, herdou o lixo provocado pela ditadura: uma dívida impagável e inflação galopante de quase 3.000%.

Será ele quem vai reaproximar o país de seus vizinhos, inclusive o Brasil, de quem a Argentina estava distanciada, apaziguar as diferenças com o Chile (sobre o Canal de Beagle) e estabelecer as bases para a instalação do MERCOSUL.

Alfonsín passa a defender a necessidade de investigar os excessos da Junta Militar e exige o julgamento de todos aqueles que cometeram ilícitos os quais deveriam pagar por suas responsabilidades.

Crítico feroz do regime militar, o advogado Alfonsín, eleito presidente argentino, terá papel fundamental no processo de redemocratização do país fazendo retornar a plena vigência das instituições republicanas e dos direitos e garantias constitucionais, prerrogativas democráticas que haviam sido subtraídas durante o regime de exceção.

O governo de Raúl Alfonsín promove uma vasta investigação sobre a violação dos direitos humanos durante a ditadura, julgando e condenando – através da justiça – os militares responsáveis pelos atos de repressão que resultaram nos seqüestros, nas prisões ilegais, no desaparecimento, nas torturas e no assassinato de milhares de argentinos durante o período em quem as forças armadas comandaram o país.

Citando Manuel Antônio Garretón que escreveu o livro *“Las Transiciones de América Latina a Examen”* (In: TUSSEL, Javier; SOTO, Álvaro (org) – História de la Tansición (1975-1986). Madrid: Alianza Editorial, 1996, p.51, a professora Ana Maria Schiavinato Ferreira comenta um outro fator que ocorria na Argentina e que – na sua opinião – deveria ser levado em conta:

“Em la sociedad se habia generado um consenso muy fuerte que atribuía todo lo malo verdadero o imaginario a la dictadura, y Alfonsin debia representar, necessariamente, la antítesis. Como veremos, al hablar de los temas militares y a defensa de los derechos humanos algo semejante ocurría em todos los frentes de la política nacional. Eran tantas las expectativas que la sociedad tenia sobre la democracia y la salida de los militares del poder que todo cuanto se logara pareceria poco”.

O processo de instalação da democracia na Argentina – diferentemente do Brasil que optou por uma distensão lenta, gradual e segura – foi abrupta e sob ameaças constantes de uma reviravolta.

Os primeiros meses do governo Alfonsín foram marcados pelos graves problemas econômicos e pela indisciplina de alguns setores das forças armadas, insatisfeitos com os rumos políticos do país, após a instalação do regime democrático.

Os militares sabiam que não seriam anistiados e temiam pelos resultados dos julgamentos dos que foram responsáveis pela guerra suja. Inconformados, passaram a promover pequenos incidentes (notas públicas, reuniões abertas para criticar o novo regime, dentre outros) para intimidar o governo eleito

Alfonsín, porém, não se intimidou e ajustou modificações na legislação para que as investigações, julgamento e punições cumprissem sua finalidade: condenar aqueles que foram responsáveis pela violação dos direitos humanos e pelos crimes políticos.

Os oficiais convocados para depor resistiam; os generais que comandaram as juntas militares que governaram o país não aceitavam serem julgados; o governo parecia estar fragilizado diante das forças armadas, em regime de prontidão nos quartéis.

Setores de oposição a Alfonsín (liderados por Arturo Frondizi, Carlos Oganía e Álvaro Alsogaray) pareciam conspirar contra o governo ao defenderem os militares.

O presidente Raul Alfonsín denunciou a possibilidade de um golpe de estado e da retomada do poder pelos militares insatisfeitos o que provocou, de imediato, a resistência da sociedade argentina.

Exauridos, espoliados e indignados, os argentinos foram às ruas emprestar o seu apoio ao governo e mandaram um recado claro para os militares: não aceitariam de forma pacata e silenciosa, como ocorrera nos sete anos anteriores, novas interferências fardadas na democracia que estava apenas começando.

O recado foi recebido mas a insatisfação nos quartéis não diminuiu. Os militares mais exaltados – os “carapintadas” – responderam que se revoltariam caso fossem chamados a depor.

Enfraquecido, o governo Alfonsín teve que ceder às pressões dos militares que Em 1983, quando os prenúncios da democracia já estavam mais nítidos, o povo argentino estava em pior situação que aquela, quando o golpe se instalara, em 1973. Havia mais inflação, mais desemprego e quase nenhuma perspectiva para o futuro.

negociaram de forma vantajosa, uma legislação que lhes era favorável, além de ter que conviver com pequenas rebeliões internas que não lhe deram trégua até sua saída da presidência.

Alfonsín ainda teve problemas com a igreja católica de seu País, com os poderosos sindicatos de trabalhadores argentinos (berço do peronismo) e com a consolidação do Plano Austral, reação governamental para salvar a economia do país.

3. O Papel dos Estados Unidos

Segundo Phyllis R. Parker, em comentário no livro de sua autoria “1964: o Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março” publicado em 1977 pela editora Civilização Brasileira (pag.128), em que pese fortes indícios da atuação americana na coordenação estratégica para fazer valer o movimento,

“Não há provas de que os Estados Unidos instigaram, planejaram, dirigiram ou participaram da execução do golpe de 1964. Cada uma dessas funções parece ter competido a Castelo Branco e seus companheiros de farda. Ao mesmo tempo há sugestivas evidências de que os Estados Unidos aprovaram e apoiaram a deposição militar de Goulart quase que desde o princípio”.

Documentos e correspondências trocadas entre a embaixada americana no Brasil e o governo norte-americano naqueles dias sombrios dos meses de fevereiro e março, asseguram porém, que os Estados Unidos estavam acompanhando todo o desenvolvimento da conspiração, desde os momentos mais críticos que antecederam o Golpe Militar propriamente dito.

Parker vai mais adiante: “os Estados Unidos não se envolveram na execução do golpe por que não houve necessidade”. O autor assegura que os norte americanos percebem que a tomada de poder pelos militares brasileiros não vai representar qualquer tipo de ameaça aos interesses dos Estados Unidos na América do Sul e ainda vai garantir o combate aos movimentos de esquerdização no continente.

Não há dúvidas de que os Estados Unidos reconheciam na figura do presidente João Goulart uma liderança de pouca habilidade política e apoio limitado. O maior receio americano era de que essa fragilidade pudesse ser traduzida como sinal de abertura para a instalação de um regime comunista no Brasil.

O apoio ao golpe leva em consideração uma ótica paradoxal. Se os americanos desejam evitar a expansão comunista no continente devem trabalhar para que se estabeleça uma política de apoio às iniciativas de direita por que essa opção é ainda melhor do que ver implantado um governo comunista autoritário, como já ocorrera em Cuba.

E foi assim – mesmo a contra gosto – que os Estados Unidos assistiram a tomada de poder pelo militares brasileiros, ratificando seu apoio ao golpe e contradizendo na prática, seu discurso de fortalecimento das liberdades.

A partir dos anos 60, a política externa americana vai se posicionar com simpatia e apoio a instalação de regimes militares no Brasil (em 1964, com a derrubada de João Goulart), no Chile (em 1973, com a derrubada de Salvador Allende) e na Argentina (em 1976, com a derrubada de Isabelita Perón).

Já no final da década de 70, a posição americana de tolerância aos regimes fardados deram lugar a uma preocupação crescente que se voltava para defesa vigorosa dos valores democráticos da sociedade.

Nessa ocasião os norte-americanos contavam seus mortos na Guerra do Vietnã e tentavam repatriar seus soldados sob os protestos da sociedade dos Estados Unidos, ainda perplexa, sem conseguir absorver os impactos da derrota fragorosa diante de um inimigo de baixos recursos.

As intervenções militares americanas – como aquela, no continente asiático - haviam de algum modo, trazido mais problemas que soluções. Apesar dos esforços empreendidos o comunismo havia vencido mais uma.

A partir de 1977, no governo do presidente Jimmy Carter, os norte americanos sentem a necessidade de cooperar para que regimes autoritários, instalados sob os seus auspícios, pudessem iniciar uma marcha em direção a abertura.

Toda América Latina estava militarizada e seus regimes endureciam a cada mudança, sem sinais claros de que os civis, pudessem, algum dia, voltar ao poder.

À medida em que esses regimes apoiados pelos Estados Unidos se notabilizam como ditaduras cruéis e assassinas, a imagem americana de principal salvaguarda dos princípios democráticos sofre arranhões e apela para uma mudança paradigmática.

De fato, a intervenção americana se faz presente nos regimes autoritários de Brasil e Argentina. Ao comentar o apoio americano à abertura brasileira, por exemplo, o historiador Francisco Iglésias analisa:

“Todo mundo sabe que o governo e o povo americano são contra a instalação de qualquer ditadura na América, Os americanos querem um regime político sobre o qual eles tenham poder de manipulação. O que eles tem conseguido na América inteira” – História Indiscreta da Ditadura e da Abertura – Brasil: 1964-1985 Ronaldo Costa Couto – Editora Record – 1998, p153.

Estava claro pois que nenhum regime militar sobreviveria sem o apoio e o aval dos Estados Unidos. Desse modo, coube aos militares, cumprirem a tarefa de apressar o processo de abertura política, que para os americanos, já tinha ido longe demais.

4. Considerações Finais

Brasil e Argentina viveram processos semelhantes de democratização a partir de governos autoritários, que durante longos períodos impuseram regimes de força e de desrespeito ao estado democrático de direito.

Ele guardam singularidades especiais entre si, além da truculência comum, da tortura, das perseguições e do arbítrio que sempre permearam os anos em que os regimes militares estiveram no poder.

Mais que uma mudança meramente política, onde parlamentares civis deram lugar a governantes fardados, Brasil e Argentina tiveram que experimentar uma radical mudança nos rumos de suas economias ao enfrentarem duas graves crises mundiais provocadas pelo aumento do preço do petróleo.

Diante desse cenário adverso que inicialmente causou dificuldades nas economias ocidentais, pode se compreender que as democracias de Brasil e Argentinas – como elas se apresentam hoje – são efetivamente o resultado de uma radiografia política de como elas foram construídas em momentos de instabilidade mundial.

Não havia projeto nem rumo seguro para as tais mudanças!

Argentina, fez sua transição de forma abrupta, por causa de uma guerra – a das Malvinas – desastrosa operação elaborada pelos militares que ainda tentavam se agarrar ao poder enquanto nas ruas o povo já clamava pelas mudanças.

Foi ainda uma transição cheia de percalços, de agravamento econômico, de ameaças constantes, de rebeliões e do receio de que os militares jamais aceitassem a coexistência com o governo civil.

Embora abrupta do ponto de vista da necessidade de mudança face a falência do regime militar, a transição argentina se impôs - tal qual a transição brasileira – pela reação da sociedade civil que rechaçou qualquer possibilidade da permanência ou retorno das forças armadas ao poder.

A transição brasileira, também tem pessoas nas ruas, tem manifestações ruidosas e guerrilha urbana praticada por inconformados, gente que não desejava sair de cena, mas é uma transição que acontece de forma lenta, gradual, segura, como os militares preconizavam – com avanços e retrocessos – numa esperta estratégia que rouba, da oposição, suas principais bandeiras de combate ao regime.

Aqui no Brasil a inquietação dos quartéis, a insatisfação de militares mais graduados, foram limitadas a pequenos grupos que foram contidos a tempo e a hora, prevalecendo-se a decisão do comando maior, ao contrário da Argentina em que seus maiores comandantes eram sim os principais articuladores para que o governo civil não se

sustentasse. No Brasil não houve movimento de revanchismo para investigar, julgar e prender militares envolvidos nos crimes cometidos em nome do regime, ao contrário da Argentina, cuja transição democrática esteve o tempo inteiro ameaçada pela inquietação dos golpistas.

Os militares brasileiros garantem, a passagem do poder sem os temores do aquartelamento, diferentemente do que aconteceu na Argentina.

No Brasil e na Argentina houve momentos de euforia e de avanços, mas nada que pudesse justificar o autoritarismo que se implantou nas duas sociedades, como medo, o pavor e as atrocidades cometidas nos porões de cada um dos regimes.

No Brasil, os militares ocuparam as empresas estatais, sanaram algumas delas, melhoraram a infra-estrutura do País. Quando da abertura política, durante a transição, o novo regime necessitou “civilizar” tudo que estava “militarizado”.

Na Argentina, os militares não ocuparam as empresas estatais, se limitaram a fortalecer suas bases nos quartéis, aumentam seus gastos militares e acabaram contribuindo para o sucateamento da indústria nacional que trouxe como conseqüências a quebra da economia, o desemprego em massa, a hiper-inflação e a total incapacidade de produzir produtos – bens e serviços - para ao seu próprio consumo.

Os regimes militares que se instalaram nessas duas nações, entre as décadas de 60 e 70 refletiram o medo da expansão comunista uma conseqüência da política de guerra fria empreendida pelos Estados Unidos e União Soviética, as duas maiores lideranças do pós-guerra.

Em nome da contenção do comunismo Brasil e Argentina impuseram regime duros, cruéis e que ao se extinguirem, nada ajudaram no crescimento político, social e econômico desses dois países.

É por isso que as duas transições tem suas similaridades. Ao tempo e que se davam os primeiros passos políticos em direção a liberalização democrática, resgatando-se o comprometimento dos partidos e das lideranças políticas, cada uma das nações teve que desenvolver o seu próprio modelo econômico nacional, diante de um cenário de instabilidade e de incertezas no mundo.

Nos momentos que se seguiram após a consolidação democrática, os militares de Brasil e de Argentina voltaram aos quartéis e se enquadraram as funções que lhes eram peculiares.

Os partidos e as lideranças políticas puderam agir sem o temor das cassações, sem as eleições indiretas e inspirados pelos novos tempos e por novas Cartas Constitucionais que seriam modificadas e ou escritas sob a garantia do poder judiciário que – sem tutela - pode, enfim, assegurar essas prerrogativas.

Por fim, em termos comparativos, sob a luz de uma análise conjuntural, a ditadura no Brasil – apesar dos atos de violência e de arbitrariedade – conseguiria elaborar e implementar regras que garantiriam estabilidade e venceriam as dificuldades muito mais no campo político, que no campo social.

Na Argentina, ao contrário do Brasil, a tradição do peronismo e dos movimentos operários, seriam de fundamental importância na resistência da sociedade pela via social e certamente por isso – com políticos em casa e mais trabalhadores nas ruas – a repressão daquele país tenha sido mais cruel e mais dura, do que aquela que foi implantada no Brasil.

E assim, em dado momento desse processo, acontece uma percepção comum aos dois regimes: nasce uma natural necessidade pela volta dos valores democráticos, o retorno as eleições e a legitimidade dos eleitos, o fim da censura aos meios de comunicação e os avanços políticos que garantiriam de fato a consolidação dos processos democráticos.

5. Referências Bibliográficas

Ana Maria Schiavinato Ferreira. Transição Democrática e Pacto Político. Estudo Comparativo do Sistema Partidário e Eleitoral no Brasil e Argentina – 1964-2001 (Tese apresentada ao Programa de Doutorado do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília- 2001)

As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil, Eliézer de Oliveira (Editora Vozes - 1976)

Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1850-2002) – Boris Fausto e Fernando J. Devoto

Brasil-Argentina: A Visão do Outro: soberania e cultura política – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Brasil Nunca Mais, Dom Paulo Evaristo Arns (Editora Vozes)

Breve História da Argentina – Beired, José Luis Bendicho

Controle Civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai – Héctor Luis Sant-Pierre (Org)

Ditadura Argentina, a mais sanguinária da América do Sul, fracasso militar e econômico (História, Las Malvinas/The Falklands, Política e Economia) – http://estadão.com.br/arielpalacios/?title=ditadura_argentina_a_maissanguinária – acessado em janeiro de 2010.

El Terrorismo de Estado: La Doctrina de La Seguridad Nacional em El Cono Sur. México: Nueva Sociedad, 1980 – Tapia Valdés, Jorge

História das Relações Internacionais Contemporâneas – Da sociedade internacional do século XIX à Era da Globalização – José Flávio Sombra Saraiva (Org)

História Indiscreta da Ditadura e da Abertura – Brasil, 1964-1985 – Editora Record, 1998 – Ronaldo Costa Couto

Instituições Políticas Comparada dos Países do MERCOSUL – José Antônio Giusti Tavares e Raúl Enrique Rojo (Organizadores), Gerônimo de Sierra e José Luis Simón – Fundação Getúlio Vargas – (1998)

La desaparición forzada como crímem de lesa humanidad. Buenos Aires: Paz, 1989.p.63-74 – Mirta S.Teitelbaum

O Fim da Ditadura Militar, Bernardo Kucisnki, (Editora Contexto)

Relações Brasil-Argentina – A Construção do Entendimento (1958-1986) – Carlos Eduardo Vidigal

Revista Brasileira de Política Internacional – Ano 52, nº 1 – 2009

Reforma Política y Electoral em América Latina – 1978-2007 – Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2008 – Daniel Zovatto e J.Jesús Orozco Henriquez – Coordinadores

Terrorismo de Estado – A Argentina de 1976 a 1983 – Alejandra Leonor Pascual

1964: O Papel dos estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março – Phyllis R.Parker - 1977 – (Editora Civilização Brasileira S.A)